

Caro colega:

Tendo chegado ao conhecimento de alguns assistentes do I.S.E., através de um membro do Conselho Escolar, o texto de um documento entregue pelo Prof. Pereira de Moura ao Director do Instituto e restantes membros daquele Conselho, entenderam os referidos assistentes que o seu conteúdo merecia mais ampla divulgação, pelo que a seguir se transcreve:

INFORMAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES EM QUE
FOI PRESO E DEMITIDO DAS SUAS FUNÇÕES
O PROFESSOR AUXILIAR DO INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA FRANCISCO JOSÉ CRUZ
PEREIRA DE MOURA.

Senhor Director
Colegas

1. Como é do conhecimento público fui detido pela P.S.P. no dia 31 de Dezembro passado na Capela do Rato, e posteriormente entregue à D.G.S., saindo de Caxias em 10 de Janeiro corrente; e por notícia dos jornais de 13 de Janeiro soube que estava abrangido pela decisão do Conselho de Ministros, realizado poucos dias antes, devendo considerar rescindido o meu contrato. Tratando-se de acontecimentos que profundamente me afectam e que, porventura, terão lançado dúvida e inquietação entre os colegas da Escola onde estudei e onde trabalho como assistente e professor desde 1950, considero meu dever prestar a informação que segue acerca dos factos.

2. Tendo-me sido comunicada a presença de um numeroso grupo de pessoas, na Capela do Rato e a partir da noite de 30 de Dezembro, para reflectirem em comum acerca do problema da paz e da guerra, segundo as orientações da Igreja para esta ocasião do ano, apenas no Domingo, dia 31, me foi possível participar, entrando na referida Capela pelas 19h 45m, acompanhado de minha mulher e de minha filha mais nova. Estando a Capela literalmente cheia (umas 300 a 400 pessoas) apenas tivemos lugar no último banco ao pé da porta da entrada; nunca ocupei qualquer outro lugar ou, sequer, me movi desse até ao momento da saída sob prisão.

Quando entrei estavam a ser dadas, por várias pessoas, informações acerca das situações humanas, derivadas da guerra em África; e em seguida foi lida a carta de um capelão militar, dirigida ao Bispo de Madarsuma, reflectindo acerca do treino recebido antes de partir e das condições em que se encontrava e lhe causavam angústia incontida. Concluída a leitura, a maioria das pessoas saiu para jantar e propondo-se regressar pelas 21 horas, para mais uma noite de vigília e reflexão. Ficaram na Capela umas 30 a 40 pessoas, algumas delas, segundo soube, cumprindo uma decisão pessoal de abstenção de alimentos.

Entretanto, intensificou-se a movimentação de forças da P.S.P. na rua, ouvindo-se vozes, carros e latidos. E, pouco depois (deveriam ser alguns minutos além das 20 horas) entrou um oficial que

passou por mim e se dirigiu ao centro da Capela e disse alguma coisa cujo sentido suspeitei, mas que, efectivamente, me foi incompreensível, porventura devido à distância e por o oficial ter falado de costas para mim.

3. Algum tempo depois, e não tendo saído ninguém, continuando-se em meditação e oração, entrou um elemento da P.S.P. que, também no centro da Capela, informou apenas faltarem 4 minutos do prazo dado pelo oficial. Decidi ficar, consciente de algum risco, mas na convicção de que, na pior das hipóteses, a prática que adquirira na Universidade de me interpor entre grupos predominantemente constituídos por jovens e as forças de choque, poderia ter alguma utilidade; pois, nesse momento, estava quebrado o ambiente de recolhimento e reflexão sobre o mais grave dos problemas portugueses da actualidade, e fora esse ambiente que me determinara a ficar quando da interrupção para jantar.

Pouco depois, entrou o oficial com guardas e, ao passar por mim, ordenou "levem já esse". Levantei-me, dirigi-se à porta, e, perguntando para onde deveria dirigir-me, indicaram-me um carro da P.S.P.. Aí aguardei outras pessoas trazidas da Capela ou detidas na rua, e seguiu-se para a esquadra do Rato onde já se procedia a identificações, e onde encontrei pessoas que vira, antes da primeira entrada do oficial, saírem da Capela para a rua. Já depois de dados os elementos de identificação, fui, juntamente com umas 15 pessoas mais, enviado para o Governo Civil, onde se procedeu a novas identificações e se passaram algumas horas num calabouço. E cerca das 3 horas da manhã seguimos para a cadeia de Caxias com mais preenchimentos de fichas.

4. Passei 10 dias incomunicável (ou, como parece dever dizer-se tecnicamente: em "regime de isolamento contínuo"), apenas no último dia, precisamente, tendo conseguido saber que era acusado de subversão, crimes contra a segurança do Estado e, designadamente "de ter estado na Capela do Rato, onde teria ocupado posição proeminente e teria usado da palavra" — o que, expliquei, não corresponde à verdade. Finalmente, pude sair em liberdade provisória, sob caução.

5. Anteriormente à saída da cadeia, no dia 3 de Janeiro, fui transportado ao Ministério do Interior, ao gabinete do Adjunto do Procurador Geral da República e Auditor Jurídico do Ministério, o qual, na presença de duas testemunhas categorizadas, me comunicou duas perguntas a responder apenas, e globalmente sim/não (ou recusar-me a responder), e uma terceira acerca da função pública desempenhada — tudo determinado por despacho do Senhor Ministro. À primeira questão (se tinha estado no dia 31 na Capela e a participar na "greve da fome"), objectei que se tratava não de uma, mas de duas questões, e às quais, em consciência, eu deveria responder sim à primeira parte, e não à última; sendo exigida a resposta global sem explicações, entendi dever responder "não", tomando a parte da pergunta sobre ter ou não estado na Capela como mera introdução à parte essencial. À segunda pergunta (se me tinha solidarizado com as pessoas em greve da fome) respondi, sem dificuldade, que não — pois estava-se no terreno jurídico e não moral.

6. Estes os factos. E apenas peço licença para duas observações

finais. A primeira, parecerá, porventura, a alguns, que excede o âmbito da Universidade — mas formulo-a a partir da mesma perspectiva que, sempre, enquanto professor, me levou a não cair no isolamento da sociedade e dos seus problemas fundamentais, designadamente, quando está em causa a dignidade essencial da pessoa humana. Desde a intervenção da P.S.P., a impedir uma reflexão serena e ordeira acerca da questão fundamental que se põe à consciência de todos nós, até ao arbítrio da detenção, em incomunicabilidade e sem defesa, durante dez dias — ou doze, como aconteceu a alguns dos meus companheiros de prisão — e à demissão ou rescisão dos contratos de tantos funcionários, sem terem podido expor, sequer, as suas razões ou, ao menos, esclarecido que nem tinham estado na Capela, como acontece em um caso: tudo isto me parece matéria para preocupar a velha instituição universitária e aqueles que vêm sentindo não ser suficiente o cultivo das ciências positivas para responder aos anseios de justiça e de razão, e de respeito por valores humanos fundamentais — anseios que a juventude manifesta, inquieta, cada dia que passa. E não se responderá a tais anseios e preocupações cuidando, somente, do caso de um entre tantos atingidos, separado dos companheiros por ser professor.

7. E a última observação é de confiança. Confiança na capacidade da Escola para continuar o seu esforço, imenso nos últimos anos, de renovação e actualização. Confiança em que a razão triunfará, permitindo-me voltar a um convívio amigável e intelectualmente estimulante com todos os colegas, em quem sempre encontrei benevolência, e com os meus alunos de gerações sucessivas, aos quais devo algum pouco valor que se reconheça na minha carreira.

Lisboa, 16 de Janeiro de 1973

Francisco José Cruz Pereira de Moura